## Reconhecimento de Vínculo Empregatício - Com reconhecimento de vínculo de emprego de trabalhador ativo

## 1. Reconhecimento de vínculo empregatício

Neste conteúdo serão descritos os procedimentos a serem observados para declarar ao eSocial informações relativas a processos trabalhistas quando o vínculo não estiver formalizado no eSocial.

Caso o trabalhador possua cadastro no eSocial, mas o processo trabalhista se refira a outro vínculo ainda não declarado (outro contrato de trabalho), o usuário deverá seguir as orientações disponíveis neste conteúdo.

## 1.1. Informação de processo trabalhista com reconhecimento de vínculo de emprego de trabalhador ativo

Na hipótese de reconhecimento de vínculo de emprego de trabalhador que não possui vínculo formalizado no eSocial e que esteja com vínculo ativo, o usuário deverá:

- a) Informar a admissão do trabalhador;
- **b)** Informar os dados do processo trabalhista;
- c) Incluir a informação de reconhecimento do vínculo empregatício; e
- d) Informar as bases de cálculo das verbas do processo trabalhista.

Os passos serão descritos a seguir:

O usuário deve enviar a admissão do trabalhador contendo a data de admissão constante no processo trabalhista, preencher o campo "Indicativo de Admissão", que deve ser preenchido com a opção [3] "Decorrente de decisão judicial" e informar o número do processo trabalhista.

Em seguida, o usuário, no preenchimento dos campos relacionados ao Processo Trabalhista, o usuário deverá seguir o procedimento a seguir descrito:

- **1°)** <u>Selecionar o Trabalhador:</u> Informar o número do CPF do trabalhador para o qual se deseja informar o processo trabalhista.
- **2°)** Registrar Processo Trabalhista: Registrar o Processo Trabalhista, informando os dados do Processo:
- Informar o tipo de processo "Processo Judicial", caso seja um processo que tenha tramitado na Justiça do Trabalho, ou o tipo "Demanda submetida à CCP ou ao NINTER", caso seja um processo oriundo de Comissão de Conciliação Prévia ou Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista e preencher com as informações do processo.
- Informar a Data da Sentença

No campo "Data da Sentença" deve ser informada a data:

- a) do trânsito em julgado da decisão líquida proferida no processo trabalhista;
- **b)** da homologação de acordo judicial;
- c) do trânsito em julgado da decisão homologatória dos cálculos de liquidação da sentença;
- d) da celebração do acordo perante CCP ou Ninter; ou



e) da decisão que determinar o cumprimento antecipado de obrigação

**OBS.:** As informações da seção "Informações do responsável direto, **no caso de imposição de responsabilidade indireta ao declarante**" devem ser preenchidas pelo responsável indireto (responsabilidade subsidiária ou solidária) indicando o tipo e número de inscrição (CNPJ ou CPF) do responsável direto.

Caso haja dependente(s) do trabalhador a ser(em) incluído(s), o usuário deverá realizar a inclusão por meio da retificação do evento de admissão já informado ao eSocial ou realizando a transmissão do evento de alteração cadastral.

- **3°)** Inserir informações do processo trabalhista relativas ao contrato de trabalho selecionado:
- a) No campo "Selecionar um tipo de contrato", o usuário deverá selecionar uma das seguintes opções disponíveis:
- 1 Trabalhador com vínculo formalizado, sem alteração nas datas de admissão e de desligamento
- 2 Trabalhador com vínculo formalizado, com alteração na data de admissão
- 3 Trabalhador com vínculo formalizado, com inclusão ou alteração de data de desligamento
- 4 Trabalhador com vínculo formalizado, com alteração nas datas de admissão e de desligamento
- 5 Empregado com reconhecimento de vínculo
- 6 Trabalhador sem vínculo de emprego/estatutário (TSVE), sem reconhecimento de vínculo empregatício
- 7 Trabalhador com vínculo de emprego formalizado em período anterior ao eSocial
- 8 Responsabilidade indireta
- 9 Trabalhador cujos contratos foram unificados (unicidade contratual)

OBS.: O usuário deverá selecionar a opção "5 - Empregado com reconhecimento de vínculo".

**b)** No campo "Matrícula" o usuário deverá selecionar a matrícula do contrato de trabalho a que se refere o processo trabalhista.

O usuário deverá responder as demais informações solicitadas:

- Indicativo de reintegração do empregado.
- Indicativo se houve reconhecimento de categoria do trabalhador diferente da informada (no eSocial ou na GFIP) pelo declarante.
- Indicativo se houve reconhecimento de natureza da atividade diferente da cadastrada pelo declarante.

- Indicativo se houve reconhecimento de motivo de desligamento diferente do informado pelo declarante.
- c) No passo "Consolidação dos Valores do Contrato" o usuário deverá informar o estabelecimento responsável pelo pagamento ao trabalhador dos valores constantes no processo trabalhista:
- Nos campos "Início do Processo" e "Fim do Processo" o usuário deverá informar, respectivamente, os meses inicial e final abrangidos pelo pedido no processo trabalhista, mesmo que não haia valores devidos em todos eles.

**Exemplo:** Um trabalhador ingressa na Justiça do Trabalho solicitando o pagamento de diferenças de horas extras no período de janeiro de 2022 a julho de 2022. Ocorre que a decisão final transitada em julgado após a entrada em produção dos eventos de processo trabalhista no eSocial, considerou procedente o pedido apenas em relação às diferenças de horas extras de março e abril de 2022. Neste caso, o usuário deverá preencher os campos "Início do Processo" e "Fim do Processo", respectivamente, com 01/2022 e 07/2022.

- No campo "Repercussão do Processo Trabalhista", o usuário deverá selecionar uma das opções existentes:
- 1 Decisão com repercussão tributária e/ou FGTS;
- 2 Decisão sem repercussão tributária ou FGTS;
- 3 Decisão com repercussão exclusiva para declaração de rendimentos para fins de Imposto de Renda.

E indicar, se for o caso, se houve no processo trabalhista indenização substitutiva ao segurodesemprego (assinalar a opção "Indicativo de indenização substitutiva do seguro-desemprego) e/ou indenização substitutiva de abono salarial (assinalar a opção "Indicativo de Indenização substitutiva de abono salarial".

Caso o usuário selecione que houve no processo trabalhista indenização substitutiva de abono salarial, será exibido o botão para que seja informado o ano-base para indenização substitutiva do abono salarial.

**d)** No passo **"Bases de Cálculo"**, o usuário deverá discriminar mês a mês, os valores das bases de cálculo da contribuição previdenciária e do FGTS das verbas remuneratórias que foram informadas de forma consolidada no passo anterior:

Caso o usuário não preencha o valor da base de cálculo em determinada competência, o sistema por padrão considerará o valor R\$ 0,00.

O usuário deverá selecionar a opção em relação à exposição a agente nocivo.

Fonte: Manual do Usuário eSocial Web Processo Trabalhista

Revision #4 Created 2 January 2024 19:37:24 by LegislativoG Updated 4 July 2025 13:12:47 by LegislativoG